

Destaques desta edição:

- **Conheça a nova diretoria do CEBC**
- **Governo aumenta restrições ao investimento no mercado imobiliário e limita ação estrangeira no setor**
- **Artigo especial: como se formam os governantes chineses, do Embaixador Amaury Porto de Oliveira**
- **Dragonomics: contratempo na “nova zona rural socialista”**

Curtas

- Embraer conclui negócio de US\$ 2,7 bilhões na China
- WEG amplia base de produção na Ásia
- China e Índia adquirem fatia da petrolífera colombiana Omimex

Mensagem do Presidente

Prezado leitor da **Carta da China**,

É com grande satisfação que me dirijo, pela primeira vez, como presidente do CEBC. Liderar o trabalho iniciado por Roger Agnelli e pelos demais membros da diretoria passada por si só já é um grande desafio. Mas tenho o privilégio de contar com uma diretoria composta por veteranos e novos membros com extensa experiência no mercado chinês.

O principal desafio que temos pela frente, além de seguir analisando o crescimento econômico chinês e disseminando informações a respeito, é contribuir para o desenvolvimento de estratégias de longo prazo que ajudem o Brasil a melhor absorver os efeitos provocados pela emergência chinesa e a aproveitar as oportunidades abertas nesse mercado.

O crescimento chinês traz impactos significativos para o Brasil. Diversos setores brasileiros foram beneficiados pelo insaciável apetite da China por matérias-primas. Ao mesmo tempo, setores industriais são desafiados pela competitividade chinesa em mercados considerados tradicionais consumidores de produtos brasileiros e em nosso mercado interno.

Por outro lado, competição desleal, subfaturamento e outros mecanismos predatórios ao bom andamento das relações comerciais devem ser combatidos fazendo uso da legislação e instituições de fiscalização e controle, disponíveis para tal fim.

Não há dúvidas de que precisamos ser mais competitivos para garantir nossa fatia no mercado global. É necessário criar um ambiente de negócios no Brasil que possibilite às empresas nacionais competir com empresas asiáticas. Precisamos de instituições e políticas públicas sólidas para apoiar e facilitar investimentos, de mecanismos que estimulem a competição e que sejam capazes de simplificar a burocracia exportadora.

O Brasil precisa desenvolver uma visão de futuro. Hoje encaramos o desafio chinês, amanhã será o desafio indiano. Enquanto não tivermos uma estratégia de longo prazo definida, continuaremos sendo ameaçados pelas novas economias emergentes e não aproveitaremos integralmente as oportunidades que o reordenamento da produção industrial global induzido pela China está provocando.

As oportunidades são imensas. E um dos papéis centrais do CEBC é ajudar a compreendê-las. Exportações brasileiras, sobretudo de produtos de base, têm se beneficiado largamente da expansão chinesa. E estamos apenas dando os primeiros passos em nosso envolvimento econômico com aquele país.

Certamente teremos muito trabalho nos dois anos de mandato da nova diretoria. Os desafios são muitos, mas estou seguro de que o CEBC continuará contribuindo para a evolução das relações econômicas Brasil-China.

Cordialmente,

Ernesto Heinzelmann
Presidente do CEBC

CEBC elege nova diretoria

No dia 16 de agosto, os membros do Conselho Empresarial Brasil-China aprovaram, por unanimidade, a eleição da nova diretoria dos membros de seu comitê consultivo, uma instância adicional de governança que se reunirá semestralmente para aconselhar a diretoria em temas cruciais do relacionamento Brasil-China.

Nova diretoria:

Diretor Presidente

Ernesto Heinzelmann
Presidente da Embraco (Whirlpool S.A.)

Diretor Vice-Presidente Executivo

Eduardo Cerqueira Leite
Sócio sênior do Trench, Rossi e Watanabe Advogados

Diretores

Edemir Pinto
Diretor geral da Bolsa de Mercadorias & Futuros

Hélio Santos Oliveira
Presidente da Politec

Henrique Rzezinski
Vice-presidente de relações externas da Embraer

Ronaldo Camargo Veirano
Sócio fundador do Veirano Advogados

Tito Martins
Diretor executivo de assuntos corporativos da Companhia Vale do Rio Doce

Walter Fontana Filho
Presidente da Sadia

Comitê Consultivo

Carlo Lovatelli

Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – Abiove

Décio da Silva

Presidente da WEG

Manoel Felix Cintra Neto

Presidente da Bolsa de Mercadorias & Futuros

Maurício Botelho

Presidente da Embraer

Roger Agnelli

Presidente da Companhia Vale do Rio Doce

Mercado imobiliário

China limita investimento em propriedades imobiliárias

O esforço do governo chinês para conter o superaquecimento econômico não parece lograr, até agora, resultado relevante na limitação dos investimentos em ativos imobiliários. Medidas introduzidas no primeiro semestre de 2005, como aumento da taxa de juros ao financiamento imobiliário, análise mais criteriosa de portfólios de bancos envolvidos em financiamentos de imóveis, e a elevação da carga tributária do setor, tiveram efeito bastante limitado, e especuladores voltaram à cena a partir do final daquele ano.

Em uma nova tentativa de conter a expansão da bolha imobiliária, seis ministérios chineses elaboraram pacote conjunto de novas regras para diminuir a possibilidade de especulação nesse setor por meio da criação de obstáculos à aquisição de terrenos e imóveis. Embora algumas dessas medidas, que entraram em vigor em agosto passado, se apliquem indiscriminadamente a estrangeiros e chineses, o pacote enfatiza a necessidade de contenção e racionalização dos recursos externos investidos no mercado imobiliário.

Uma das medidas mais importantes, emitida pelo Ministério das Construções, estabelece restrições para aquisição de imóveis por empresas estrangeiras. Investimentos externos aportados para a aquisição ou construção no setor serão objeto de permissão do Ministério do Comércio e de licença operacional. Para razões além de sua própria instalação, instituições e indivíduos estrangeiros que pretendam adquirir propriedades em solo chinês terão que estabelecer empresa no país.

Empresas estrangeiras que investirem mais de US\$ 10 milhões em propriedade imobiliária terão que fazê-lo com, pelo menos, 50% de capital próprio. Ou seja, fica limitada a alavancagem por meio de financiamento dos bancos chineses. Pela nova legislação, o investidor estrangeiro também precisará de autorização para repatriar seus recursos na hipótese de venda de sua propriedade imobiliária.

Pessoas físicas nacionais e estrangeiras, por sua vez, somente poderão comprar casas ou apartamentos na China continental após comprovada sua residência no país por pelo menos um ano. A medida busca restringir a compra especulativa de imóveis feita por estrangeiros e cidadãos de Hong Kong, Taiwan, Macau e chineses residentes no exterior.

Já a nova regulação apresentada pelo Ministério de Terras e Recursos Naturais determina que transações de terrenos com fins lucrativos devem ser feitas por meio de ofertas públicas e leilões. Até então, na maioria das regiões, o governo promovia transferências de terra por meio de negociações fechadas com investidores, o que facilitava a corrupção. Estatísticas divulgadas pelo Ministério indicam que, em 2005, o governo transferiu 163 mil hectares de terras em território nacional, dos quais apenas 35% foram negociados através de ofertas abertas e leilões.

Paralelamente, foram criadas nove equipes controladas por funcionários do governo central que supervisionarão a aprovação de transferências de terrenos com o intuito de dificultar a oferta ilícita. O governo central admite sua dificuldade em controlar o mercado informal, em grande parte devido à resistência de governos provinciais em seguir as diretrizes centrais. Segundo pesquisa do Ministério de Terras e Recursos Naturais, cerca de 64% das transações de propriedades e terrenos realizadas nos 12 meses a partir de outubro de 2003 foram ilegais. A pesquisa encontrou percentuais ainda superiores desde setembro de 2004.

O pacote de medidas inclui também instrução aos bancos, que deverão reduzir o número de empréstimos aos construtores. Estes, por sua vez, ficam orientados a construir mais moradias para a população de baixa renda. Investidores chineses ou estrangeiros que desejem adquirir empresas do setor de construção civil terão que pagar à vista e em dinheiro. Caso necessitem de financiamentos concedidos por instituições financeiras, chinesas ou não, terão que garantir pelo menos 35% da compra com recursos próprios.

Histórico dos direitos sobre a propriedade da terra – Ainda que a propriedade da terra não exista sob a égide das leis chinesas, houve, na última década, um importante ganho de confiança em relação ao respeito aos direitos sobre o uso das propriedades imobiliárias na China, embora ainda haja registros frequentes de abusos por parte de autoridades.

De acordo com a Constituição, a terra é propriedade do governo chinês (central ou provincial). No entanto, é possível adquirir o direito de uso, o que equivale a um arrendamento de longo prazo. A última emenda à Constituição, de 2004, determinou a inviolabilidade do direito de uso. Isto significa, na prática, uma situação muito próxima à da inviolabilidade da propriedade privada e, em caso de expropriação, o Estado deve, obrigatoriamente, indenizar o antigo proprietário.

Nos termos da legislação em vigor, empresas e indivíduos de nacionalidade chinesa ou estrangeira podem adquirir direito de uso da terra por determinado período mediante pagamento de tributos específicos. Investidores estrangeiros conquistam tal direito seja diretamente do governo, seja por meio de *joint-venture* com empresas chinesas.

Joint-ventures entre empresas chinesas e estrangeiras são permitidas desde 1979, quando do início das reformas econômicas no país. Somente em 1988, no entanto, por meio de mudanças relevantes na Constituição e na Lei de Administração de Terras, o governo liberou a concessão de direitos de uso da terra a indivíduos, coletividades e empresas.

Investidores estrangeiros – A gama de investidores externos no mercado imobiliário chinês abrange desde instituições como a CapitalLand, de Cingapura, e fundos controlados por diversos tipos de entidades, de bancos como Morgan Stanley e Goldman Sachs, até famílias chinesas de Hong Kong, Macau e Taiwan que buscam bons rendimentos ao aplicarem suas poupanças em um segundo imóvel.

Oficialmente, a participação de estrangeiros no mercado imobiliário chinês ainda é pequena. De acordo com o órgão estatal de administração de câmbio (State Administration of Foreign Exchange), instituições estrangeiras investiram US\$ 3,4 bilhões em propriedades imobiliárias na China continental em 2005. O valor é pequeno diante do total de US\$ 96 bilhões investidos em terrenos e imóveis só no primeiro semestre de 2006.

Artigo especial

Como se formam os governantes chineses

Amaury Porto de Oliveira*

O excepcional rejuvenescimento da China é, sobretudo, um grande feito de governança. Arrancar de situação de profundo atraso um quinto da população do globo e conduzir o conjunto, em ritmo acelerado, pela via da modernidade na virada do século XX para o XXI, é tarefa que exige a mão

forte e sábia de um corpo de governantes extremamente capazes. Esse tipo de liderança surgiu na China como resultado da revolução social ali vitoriosa, na década de 1940, numa continuação da Revolução Francesa de 1789 e da Revolução Russa de 1917.

Em 1949, fundou-se a República Popular da China (RPC), sob a liderança de Mao Zedong, um convicto leninista. Desde o início, defrontaram-se duas visões de como levar adiante a construção da China socialista. A visão ideologizada e voluntarista de Mao, que pretendia catapultar o país para o comunismo, suprindo com a mobilização das massas a carência de estruturas de base sobre as quais apoiar o salto. E a abordagem pragmática de dirigentes como Deng Xiaoping, por duas vezes ostracizado dentro do regime sob a acusação de “economicismo”. Deng terminou por assumir as rédeas da RPC já setuagenário. Ele iria dar nova partida à RPC, e praticamente reconstruir o Partido Comunista Chinês (PCC), o instrumento de implementação do projeto chinês.

O início da era Deng foi marcado pela decisão do Comitê Central (CC) do PCC de promover as chamadas “Quatro Modernizações” (da agricultura, da indústria, das forças armadas e das atividades de ciência e tecnologia – C&T –). Mas antes mesmo de obter a aprovação do programa, Deng tornou claro que pretendia atribuir à C&T o papel de base das suas reformas. Convocou, em meados de 1978, uma Conferência Nacional de Ciência, ao ensejo da qual formulou duas importantes revisões ideológicas: as atividades de C&T deixaram de ser vistas como “superestrutura”, sendo agora classificadas como “forças de produção”; os cientistas e intelectuais passaram, em consequência, a ser tratados como partes da classe operária. Deng cuidou de elevar o estatuto dos cientistas enquanto grupo social, afastando da chefia de instituições científicas “generalistas” do partido, em favor de profissionais das áreas correspondentes. Para dar idéia do quanto ele fez a esse respeito, citarei uma análise do professor americano Richard P. Suttmeier: “Nas duas últimas décadas, a comunidade científica da China passou por abrangentes reformas institucionais e políticas, com o fim precípua de torná-la mais socialmente expressiva, economicamente confiável e apta a competir na busca da excelência na pesquisa e na inovação tecnológicas” (*Asian Survey*, maio/junho 1999).

Na fase heróica do maoísmo, o desempenho na luta revolucionária e a firmeza ideológica eram as grandes credenciais para ascender no PCC. Sob Deng, passaram a ser destacados os “engenheiros vermelhos”, como eram conhecidos militantes convictos e tecnicamente instruídos, aproveitados na administração segundo sua especialidade. Tecnocratas, em suma.

O primeiro CC da era Deng, eleito no XII Congresso do PCC (1982), é considerado um divisor de águas nessa tendência a recrutar tecnocratas. Na altura do XV Congresso (1997), já era impressionante o avanço deles na cúpula do PCC: mais da metade dos 344 membros do CC; 18 dos 24 membros do Buró Político (BP); todos os sete integrantes do Comitê Permanente (CP) do BP.

Em 2002, o CP do BP foi expandido para nove membros, todos engenheiros. E já se lêem comentários sugerindo que a quinta geração de dirigentes, a assumir presumivelmente o poder em 2012, vai abrigar “supertecnocratas”, ou seja, indivíduos não apenas com preparo técnico, mas verdadeiros especialistas nas suas áreas de trabalho.

“Geração” é uma forma colegiada de governo, bem conhecida dos cientistas sociais, e que na China foi introduzida por Deng Xiaoping, em 1989, quando ele precisou dar maior substância à designação de Jiang Zemin como Secretário-Geral do PCC, em substituição a Zhao Ziyang, que perdera o posto na esteira do dramático episódio de Tiananmen. Ao apresentar Jiang Zemin à cúpula do partido, Deng salientou que ele seria o “núcleo da terceira geração de dirigentes”, como o próprio havia sido o núcleo da segunda geração, e Mao o da primeira. Na seqüência, esse recurso argumentativo mostrou-se rico de possibilidades e o modelo da geração veio a ser institucionalizado e regulamentado.

Na visão de Deng, equipes de dirigentes cuja face pública é o CP do BP, estruturados num encadeamento de mandatos de dez anos (cobrindo, pois, dois períodos entre congressos do partido), levarão adiante a tarefa do desenvolvimento e da modernização da China. A cada equipe caberá adequar a realidade chinesa às mutantes exigências dos quadros doméstico e internacional, e ao personagem reconhecido como o “núcleo” de cada geração competirá velar pela compatibilidade organizacional do PCC com as alterações feitas no tecido social. O modelo da geração foi testado no XVI Congresso (2002), quando a equipe de Jiang Zemin passou sem problemas o mando à equipe de Hu Jintao, eleita no congresso.

Os membros do CP do BP não passam por votação popular, mas tampouco chegam ao topo aleatoriamente. Exibem todos uma folha de serviços ao partido e ao país, nos mais variados setores da vida político-econômica, e ascendem através de sucessivos credenciamentos por seus pares. A trajetória começa por ser feito um dia delegado a Congresso do PCC e dali sair eleito para o CC. A cada Congresso, renova-se metade da composição do CC, e quem souber manter-se poderá vir a ser escolhido para o BP. Tempo e prestígio possibilitarão, por fim, o salto para o grupo seletivo do CP, dificilmente antes dos 60 anos de idade.

Entre os membros do CP do BP figuram o secretário-geral do partido, que pode ou não ser também o Presidente da República, o chefe do Legislativo, o primeiro-ministro e outros altos dirigentes. Tudo em consonância com a existência, na China, de dois aparelhos de governança: o do PCC, encabeçado pelo secretário-geral, e o do Estado, encabeçado pelo Presidente da República. Nos dois casos, há no topo uma assembléia que se renova a cada cinco anos: o Congresso Nacional do PCC e o Congresso Nacional do Povo, que é o Legislativo. O CNP reúne-se uma vez por ano, e a tradição é que, na sessão subsequente ao congresso do partido, os legisladores referendam as mudanças de homens e de políticas que tiverem ocorrido no quadro partidário.

*Amaury Porto de Oliveira é diplomata de carreira, aposentado após servir durante 45 anos. É associado ao Instituto de Estudos Avançados (IEA) e ao Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACINT), na Universidade de São Paulo. É também membro do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI), em São Paulo. Mantém-se ativo como conferencista e ensaísta nos assuntos asiáticos, com ênfase em China. Seu último posto na carreira diplomática foi como Embaixador em Cingapura (1987-1990).

Superaquecimento

Novo aumento nos juros busca conter excesso de investimentos

Pela segunda vez em 2006, o Banco Central da China (PBoC, na sigla em inglês) elevou a taxa anual de juros na tentativa de conter o avanço do crédito e o expressivo volume de investimentos na economia. O aumento, de 0,27 ponto percentual, foi estendido também para a taxa de depósito de um ano. A taxa de empréstimos passou a 6,12% ao ano, e a de depósito, 2,52% ao ano. As novas taxas tornaram-se efetivas em 19 de agosto.

Em abril, a autoridade monetária já havia promovido aumento, também de 0,27 ponto percentual, na taxa de empréstimos. Os apertos monetários sucessivos têm sido introduzidos com o objetivo de reduzir o ritmo de expansão dos investimentos em ativos fixos, e parecem sinalizar disposição do governo para fazer maior uso dos instrumentos de política monetária no gerenciamento macroeconômico em detrimento das muito criticadas medidas administrativas (por exemplo, proibição de novos investimentos em setores como alumínio e cimento). O banco Goldman Sachs publicou comentários otimistas sobre o novo aumento e diz que “os atores de mercado na China reagem positivamente a mudanças na taxa de juros”.

A elevação da taxa de depósito é um pequeno passo para dirimir os incentivos que as companhias chinesas têm para reinvestir os lucros retidos. Atualmente, recursos mantidos em depósitos nos bancos provêm retornos negativos após a incidência da inflação e o pagamento de taxa especial sobre o rendimento dos juros. Isoladamente, os aumentos devem conferir um impacto modesto sobre a oferta de crédito. No entanto, combinados com as medidas administrativas anunciadas ao longo dos últimos dois anos – como restrições ao investimento imobili-

liário, rigidez nas regulamentações de novos investimentos (sobretudo nos setores de cimento, alumínio, aço e imobiliário), e a diminuição dos controles sobre remessa de capitais ao exterior –, os apertos monetários ajudam a compor o arcabouço de ajustes que buscam minimizar os riscos do superaquecimento.

Estudo do Citigroup afirma que tais medidas já haviam produzido alguma melhora nos indicadores macroeconômicos. A produção industrial desacelerou para 16,7% em julho, depois do resultado de 19,5% em junho, e o crescimento do investimento em ativos fixos passou de 31,3% nos primeiros seis meses de 2006 para 26% em junho. A inflação sofreu redução com a queda nos preços dos alimentos e passou de 1,5% em junho para 1,0% em julho.

Superinvestimento – Os investimentos são o principal motor do crescimento da economia chinesa. Além dos bancos estatais, que ainda concedem empréstimos por motivação política apesar dos controles impostos durante os últimos três anos, os lucros retidos pelas empresas são uma ampla fonte de reinvestimento. De acordo com Huang Yasheng, professor do Massachusetts Institute of Technology, 57,8% da formação bruta de capital fixo na China em 2004 originaram-se de lucros retidos por essas empresas. Na Índia, esse mesmo índice foi de 27,1%, e no sudeste asiático, de 35,5% no mesmo período.

De acordo com o Quarterly Update, publicado pelo Banco Mundial em agosto de 2006, a formação bruta de capital fixo das empresas chinesas (tanto privadas quanto estatais) cresceu 35% em termos anuais até junho. As empresas com vendas anuais acima de 5 milhões de yuan tiveram lucro de 968 bilhões de yuan, o equivalente a US\$ 121 bilhões, ou 28,6% a mais do que o registrado no mesmo período de 2005.

Dividendos – A solução para o excesso de investimento, segundo o Banco Mundial, seria distribuir os dividendos das empresas estatais. Na lógica da instituição, uma política de concessão de bônus aos empregados e aos acionistas (no caso das poucas empresas já listadas em bolsa) tornaria as empresas mais prudentes na aplicação de seus recursos excedentes.

As autoridades em Pequim deram alguns indícios de que estão avaliando a possibilidade de permitir a distribuição de dividendos. Em fevereiro, uma delegação visitou países escandinavos a fim de conhecer os sistemas de distribuição de bônus das companhias estatais. O presidente do PBoC, Zhou Xiaochun, e o diretor da Comissão para Supervisão e Administração do Patrimônio Estatal (SASAC, na sigla em inglês), Li Rongrong, têm dedicado atenção ao assunto em suas declarações públicas.

Defesa comercial

China aceita limitar exportações de brinquedos para o Brasil

Cerca de dois meses após o término das salvaguardas que protegiam o setor brasileiro de brinquedos, empresários do Brasil e da China firmaram, em Pequim, acordo que limitará em 40% a participação de produtos chineses no mercado brasileiro até 2010. O acordo, que é um compromisso exclusivo do setor privado da China e do Brasil, foi selado por representantes da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ), da China Toy Association e da Câmara de Exportadores de Brinquedos Chineses.

O acordo não prevê instrumentos coercitivos caso haja falhas em sua implementação, visto que se trata de um arranjo voluntário do setor privado. A participação dos governos chinês e brasileiro limitou-se à intermediação das negociações. O Brasil aplicou salvaguardas contra as exportações de brinquedos da China durante dez anos, tempo máximo permitido pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

O acordo deixa sob responsabilidade brasileira o monitoramento das exportações de brinquedos importados da China. A fim de avaliar e harmonizar dados estatísticos sobre o setor em ambos os países, foi criado um comitê de solução de controvérsias, que realizará reuniões semestrais.

Representantes da ABRINQ mostraram-se satisfeitos com o resultado, uma vez que preserva empregos na indústria nacional e assegura aos chineses a mesma participação no mercado brasileiro obtida em 2005, de 40%. Nesse sentido, não há definição de um valor absoluto, e o volume comercializado entre os dois países poderá oscilar conforme variações no mercado de brinquedos do Brasil, desde que respeitado o limite acordado.

Esse é o segundo acordo de restrição voluntária de exportações chinesas para o Brasil. Em fevereiro passado, a China aceitou limitar o volume exportado de têxteis para o mercado brasileiro até 2008, após ter firmado acordo similar com os Estados Unidos e a União Européia em 2005. O Brasil pretende também negociar restrições ao comércio de escovas de cabelo, componentes para pedal de bicicletas e armações de óculos.

O volume de brinquedos chineses importados pelo Brasil cresceu 577% entre 2001 e 2005. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) apontam que, no primeiro semestre de 2006, as mesmas importações aumentaram 68% em valor, comparados ao mesmo período do ano anterior.

Importações brasileiras de brinquedos

Em US\$ milhões

	2006 jan-jul	2005 jan-jul	Var. % 2006-2005	Part. % Total 2006	2005	2003	2001	Var. % 2005-2001
China	2.528,7	1.505,2	68,0	40,8	2.984,9	356,6	440,7	577,3
Estados Unidos	56,5	33,7	67,6	0,9	104,3	52,1	189,1	-44,9
União Européia	69,2	35,2	96,6	1,1	135,2	146,4	66,2	104,4
Japão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	128,2
Total importado	6.193,3	1.259,8	391,6	-	6.631,0	2.289,8	3.433,0	93,2

Fontes: SECEX e AliceWeb

Importações brasileiras de brinquedos

Em mil kg

	2006 jan-jul	2005 jan-jul	Var. % 2006-2005	Part. % Total 2006	2005	2003	2001	Var. % 2005-2001
China	683,1	282,6	141,7	54,2	694,1	233,2	313,4	121,5
Estados Unidos	5,6	3,2	74,2	0,4	13,6	11,7	56,2	-75,8
União Européia	17,3	10,7	62,6	1,4	38,9	15,9	6,9	467,9
Japão	0,0	0,0	0,0	0,0	3,1	3,3	2,4	31,4
Total importado	1.259,8	758,7	66,0	-	1.507,8	644,4	940,7	60,3

Fontes: SECEX e AliceWeb

Sistema financeiro

Ofertas públicas iniciais derrubam bolsas da China continental

O valor total de mercado das ações listadas nas bolsas de Xangai e Shenzhen sofreu redução de mais de US\$ 50 bilhões desde junho deste ano, data da retomada das ofertas públicas iniciais (IPO's, na sigla em inglês). Os IPO's haviam sido proibidos no mercado financeiro chinês durante um ano, como forma de evitar a desvalorização das bolsas. Mas foi exatamente o que ocorreu com o fim da proibição. Desde a retomada dos IPO's nas bolsas de Xangai e Shenzhen, dez empresas lançaram suas ações na China continental. A lista inclui Hengdiandongci, Baoli Property e Daqin Railway, além de bancos. Depois dos resultados, a Comissão Reguladora de Valores Mobiliários da China (CSRC, na sigla em inglês) estuda um mecanismo mais elaborado de precificação dos IPO's, buscando evitar a desvalorização dos ativos negociados e evitar uma nova proibição de IPO's, o que já é discutido.

O Banco da China havia realizado, em maio, a maior oferta pública inicial de ações dos últimos seis anos na bolsa de Hong Kong. Em julho, estreou na bolsa de Xangai, quando a procura dos investidores de varejo por suas ações foi 50 vezes maior do que o valor subscrito na oferta. O Banco da Indústria e Comércio da China, o maior do país, deverá estrear seus papéis nas bolsas de Xangai e Hong Kong em outubro. A instituição planeja captar US\$ 14 bilhões com essas ofertas.

Durante o último lançamento de ações na bolsa de Xangai, entretanto, o otimismo com IPO's não se repetiu. Os papéis da Air China estrearam, em 18 de agosto, em baixa. Analistas atribuem o desinteresse dos investidores na companhia aérea às dificuldades do setor, em especial em função do preço dos combustíveis.

As bolsas chinesas estão tentando se recuperar de um período de cinco anos de baixas acumuladas. Já em Hong Kong, o índice Hang Seng atingiu em agosto o maior nível registrado em seis anos, reflexo do crescente apetite dos investidores por ações em função da interrupção da trajetória de alta nos juros norte-americanos.



Tensões no campo

Contratempo na “nova zona rural socialista”

O autor, Matt Forney, foi chefe do escritório da revista Time em Pequim.

Diante de um número crescente de vítimas fatais em confrontos no campo, o partido comunista chinês identificou as lutas rurais como a maior ameaça à ordem do país. No final de fevereiro, o primeiro-ministro Wen Jiabao convocou os governadores de províncias para solicitar que considerem “as massas do campo como seus pontos de partida e de chegada”. Dias depois, o governo anunciava um ambicioso plano de criação da “nova zona rural socialista”, que propiciaria mais serviços e menos corrupção.

Entretanto, o governo dispõe de outros planos caso a instabilidade se difunda de maneira organizada, como parece inevitável. Um mês antes do discurso do primeiro-ministro, dois generais do alto escalão prometeram melhorar a “efetividade de combate” da Polícia Armada do Povo, a qual conta com um milhão de homens e que, em dezembro do ano passado, matou três camponeses a tiro por protestarem contra o confisco de suas terras pelo governo, na província de Guangdong.

As causas econômicas da violência ascendente não são mistério. Em um quarto de século de reformas econômicas, houve incentivo relevante à criação de cidades prósperas ao longo da costa, mas ficaram para trás grandes extensões de áreas pobres afastadas dos centros urbanos. Enquanto no início das reformas de Deng Xiaoping a renda do camponês equiparava-se à de seus primos urbanos, hoje seus US\$ 405 ao ano equivalem a cerca de um terço da renda média nas cidades. Apesar das determinações para que empresas controladas pelo Estado invistam nas províncias menos desenvolvidas do oeste, a discrepância de renda tem aumentado. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) avalia que, mesmo tendo a economia chinesa quadruplicado desde 1980, a desigualdade de renda entre zonas rurais e urbanas é talvez a maior do mundo. Com poucas opções e pouco a perder, o desespero rural é refletido naquilo que o Partido classifica como “incidentes de massa”. Pelos dados oficiais, foram 87.000 “incidentes de massa” em 2005, ante os 74.000 em 2004 e os 58.000 no ano anterior.

Raízes fiscais

Menos óbvio é saber por que esse conflito parece ser mais difícil de se resolver do que os enfrentados pelo Partido Comunista no passado. Nos anos 80, os instigadores de protestos eram elites urbanas indignadas com o controle do Estado sobre suas vidas. O governo ditava onde o estudante estudaria, qual

seria sua especialização e em que província residiria depois de formado. A indignação, aliada à frustração com a corrupção e o caos econômico, contribuiu para o movimento de 1989 pela democracia, na Praça da Paz Celestial.

No início dos anos 90, extorsões e cobranças ilegais sobre os camponeses, com prerrogativas como construção de estradas ou manutenção de barragens contra enchentes, incentivaram a realização de protestos locais. No final da década de 90, demissões em massa em empresas estatais falidas levaram trabalhadores às ruas, exigindo indenizações e pensões. Em tempo, o governo respondeu a cada tema: nos últimos quinze anos, atendeu à demanda por maior liberdade acadêmica, estimulou o setor privado a absorver trabalhadores desempregados e aboliu cobranças injustas que eram um grande problema na vida rural.

As atenções de hoje retornaram ao campo, mas não podem mais ser tratadas através de soluções únicas que funcionaram no passado. Na raiz da questão está a crise de receita enfrentada pelos governos distritais, a administração mais inferior na hierarquia política do país. Para aliviar a sobrecarga financeira sobre os camponeses, Pequim declarou ilegais algumas taxas informais e, em dezembro do ano passado, revogou impostos agrícolas. Isso significou mais dinheiro no bolso do camponês, porém menos receita nos cofres dos governos locais. Ao mesmo tempo, governos locais inchados precisam de mais renda para cobrir folhas de pagamento crescentes. Estudo feito na província de Hubei, por exemplo, demonstrou que, em sua menor municipalidade, passou-se de 200 empregados públicos locais para mais de 8.000 hoje. De acordo com uma investigação do governo central, Henan, a província mais populosa da China, admitiu 93.800 novos funcionários públicos entre 1995 e 2004 – uma média de 10.000 novos contratados pelo Estado a cada ano.

Vendendo gato por lebre

Em face a orçamentos deficientes, líderes locais têm, ao longo dos últimos anos, vendido terras rurais ocupadas pelos camponeses para cobrir suas folhas de pagamento (e, por vezes, seus próprios bolsos). Como a terra é propriedade do Estado, os lavradores têm pouco a dizer sobre sua venda ou sobre a compensação que lhes caiba pela transferência. “Agricultores querem manter suas terras, mas os governos locais precisam vendê-las para garantir o fechamento das contas”, diz Li Fan, diretor do World and China Institute, em Pequim. “Essa é a causa da maioria dos conflitos que assistimos hoje”.

Esses conflitos têm crescido com cada vez mais violência. Não muito longe de Pequim, um secretário distrital do Partido despachou uma gangue de brutamontes, armados com porretes, para atacar camponeses que tentavam impedir a venda da terra que tinham obtido para cultivo, na vila de Shenyou. Na cidade de Taishi, próxima a Hong Kong, gangues contratadas por líderes locais ocuparam uma vila após protestos contra venda de terras. Em janeiro desse ano, foi reportado o espancamento até a morte de uma adolescente durante protesto pela compensação de terras vendidas.

Como se o governo não enfrentasse problemas suficientes acalmando a massa irrequieta, ele encara também um novo problema: lidar com sua própria propaganda. Cada disputa de terra citada no parágrafo anterior incorpora um aspecto comum. Em todas elas, camponeses desafeiçoados tentaram recorrer ao sistema jurídico para resolver suas disputas. Somente após seus casos serem recusados, eles resolveram protestar. É fácil entender por que muitos camponeses acreditam que o sistema jurídico controlado pelo Partido proveria julgamentos imparciais. Durante os últimos anos, os departamentos de propaganda têm insistido que o Judiciário é uma alternativa viável ao protesto. A mensagem é que o período de reformas transformou a população de pessoas em cidadãos, o que gerou forte expectativa de justiça. Somente após os fatos decepcionarem essas expectativas é que a massa frustrada passou a manifestar-se.

Sobre democracia, aprenda com Lu

Em Pequim, demandas por justiça aumentam em volume quase que diariamente. A Televisão Central Chinesa, por exemplo, transmite o programa “Sala de Aula de Direito” com o slogan “A Lei Protege Você”. Um episódio recente do programa “Falando Sobre a Lei Hoje” tratou do direito dos cidadãos de invocar legítima defesa quando atacados fisicamente. A maioria dos grandes jornais controlados pelo Estado adicionou a suas edições colunas sobre direitos do

cidadão protegidos por lei. Em uma dessas colunas, no jornal *Study Times*, controlado pelo Partido Comunista, o presidente da Universidade Chinesa de Política e Direito, Xu Xianming, escreveu que "usar o direito do cidadão para limitar o poder do governo" ajudaria a implementar os direitos sacramentados pela Constituição chinesa. Fora do governo, intelectuais liberais dirigem um grande número de websites que alertam a população sobre seus direitos. A lista desses websites inclui o www.world-china.org, que ensina aos camponeses a assegurar eleições democráticas em suas vilas; o www.dajun.com, um foro aberto para artigos progressistas sobre direitos do cidadão, e <http://xuzhiyong.fyfz.cn/blog/xuzhiyong/>, um blog do advogado Xu Zhiyong sobre como fazer valer os seus direitos constitucionais.

A crescente conscientização sobre os direitos do indivíduo e a inabilidade dos governos locais em provê-los ajudaram a conduzir a uma nova era de ativismo. Foram-se os dias dos dissidentes radicais dispostos a sacrificar a própria liberdade em uma luta política do bem contra o mal. O exemplo mais típico é o de Lu Banglie, camponês de 34 anos da província de Hubei. Lu radicalizou depois que enchentes no rio Yangtze inundaram as terras de sua família em 1998 e a corrupção local lançou mão da compensação que receberia. Foi até Pequim para protestar. Lá, passou uma noite conversando com editores de uma revista liberal sobre assuntos rurais, a *China Reform*, a qual educa camponeses sobre seus direitos. Baseado nos conselhos legais que recebeu, Lu voltou para casa e liderou um movimento pelo *impeachment* do chefe de seu vilarejo. "Fui passado para trás por governantes por muito tempo e, apesar disso, jamais teria usado a lei se não fossem as reuniões de Pequim", lembra ele.

Construído sobre entulho

Desde então, Lu tornou-se um missionário dos direitos civis. Após apresentação feita por um grupo de professores universitários em Guangzhou no ano passado, tornou-se conselheiro de manifestantes na cidade de Taizhou que queriam o *impeachment* de seu chefe de vilarejo, por ter vendido direitos de uso das terras sem permissão dos arrendatários.

Em 31 de julho do ano passado, Lu escalou ao topo de uma montanha de tijolos para dirigir-se aos manifestantes. Deu ao movimento o nome: Democracia da Pilha de Entulho. Sua colaboração com intelectuais em grandes cidades do país marca a direção a um novo ativismo político, o qual extrai força das promessas de justiça feitas pela distante Pequim. "No ano passado, assistimos a um verdadeiro movimento de raiz popular que difere de tudo o que vimos antes", analisa Robin Munro, observador de direitos humanos na China e que trabalha no *China Labour Bulletin*, de Hong Kong. "Esse é o começo de um movimento de direitos das massas que vai ser ainda mais difícil para o governo derrubar".

O governo chinês enfrenta uma mistura inflamável. Enclaves liberais no governo cada vez mais prometem proteções legais aos cidadãos e direitos individuais que quase não existem. Intelectuais relacionam os movimentos de origem popular às estratégias para conquistar os direitos prometidos pelo governo, o que cria a possibilidade de um primeiro movimento em prol de direitos em larga escala desde que o Partido Comunista subiu ao poder. Ao mesmo tempo, líderes locais com dificuldades financeiras disseminam o descontentamento ao retirarem camponeses de suas terras, seja para levantar recursos para serviços públicos ou para enriquecimento próprio. E importantes líderes do país, mesmo reconhecendo o problema, parecem sem força para resolvê-lo.

Ao anunciar detalhes sobre a "nova zona rural socialista" chinesa, em fevereiro, Chen Xiwen, um membro do partido e conselheiro de política rural de Wen Jiabao, encorajou líderes locais a "confiscar o mínimo possível de terras", de modo a evitar "instabilidade no campo". Nada disse sobre resolver primeiramente os problemas estruturais que levam ao confisco de terras. Até que o Partido cumpra com suas promessas, espera-se que um crescente número de camponeses marche em suas carroças.

Reprodução autorizada de artigo da China Economic Quarterly, volume 10, nº 1, publicada pela Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net). O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração do conteúdo original.

Aviação

Embraer vende 100 aeronaves à companhia aérea chinesa

A Embraer vendeu cem aeronaves à Hainan Airlines Company (HNA), quarta maior companhia aérea da China. Cinquenta jatos ERJ145 serão fabricados e entregues pela *joint-venture* Harbin Embraer Aircraft Industry. Outros cinquenta jatos EMB-190 serão produzidos na fábrica da Embraer em São José dos Campos. O negócio totalizou US\$ 2,7 bilhões.

A assinatura do acordo foi feita em Brasília, durante visita de representantes da empresa chinesa que integravam a comitiva de Wu Bangguo, presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional, ao Brasil. A empresa entregará até 2010 todas as aeronaves ao Grupo HNA.

Investimento brasileiro

WEG expande filial na China

A WEG, empresa brasileira produtora de motores elétricos, investirá US\$ 23 milhões em sua filial na China, a WEG Nantong, para ampliar e modernizar a unidade. A empresa adquirirá equipamentos e construirá dois novos prédios, de aproximadamente 9.200 m², para abrigar setores de fabricação de máquinas de alta e baixa tensão.

Com o investimento, a WEG planeja aumentar em cinco vezes sua capacidade produtiva, bem como transformar a fábrica da China em base de produção para toda a Ásia. Em 2005, o mercado asiático correspondeu a 5% da receita bruta da empresa, de cerca de US\$ 1,4 bilhão.

Comércio internacional I

Fabricantes de pneus acusam China de *dumping*

A Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP) estuda solicitar ao governo brasileiro a adoção de salvaguardas ou abertura de processo de investigação de *dumping* contra pneus importados da China. O setor argumenta que os pneus chegam ao Brasil com preços entre 30% e 40% inferiores ao produto nacional, o que equivaleria ao custo da matéria-prima. No primeiro semestre de 2006, as importações de pneus novos chineses cresceram 250%.

Comércio internacional II

Cresce presença chinesa no comércio exterior com os EUA

A China pode ultrapassar o Japão e tornar-se o terceiro mercado de destino das exportações norte-americanas até o final de 2006, de acordo com o subsecretário de Comércio Internacional dos Estados Unidos, Franklin Lavin. As exportações norte-americanas para a China cresceram 36,5% nos primeiros cinco meses de 2006 em relação ao mesmo período de 2005. Atualmente, a China ocupa o quarto lugar no ranking de principais importadores de produtos norte-americanos, tendo comprado US\$ 41 bilhões em 2005, atrás de Canadá, México e Japão.

Lavin está à frente de negociações para redução de limites de investimentos norte-americanos na China, inclusive no setor de serviços. Segundo ele, essas barreiras ajudam a criar percepção nos Estados Unidos de que o mercado chinês é fechado, contribuindo, assim, para atrapalhar os esforços chineses de ingresso no mercado americano. Ele cita, como exemplo, a tentativa frustrada de aquisição da empresa norte-americana Unocal pela estatal chinesa CNOOC em 2005.

Chile promulga tratado de livre comércio com a China

A presidente do Chile, Michelle Bachelet, sancionou o Tratado de Livre Comércio entre China e Chile em 21 de agosto último. O tratado, que havia sido assinado em novembro de 2005 durante a última reunião de cúpula do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), reflete a crescente demanda da China por matérias-primas e a necessidade do Chile de diversificar sua pauta de exportação.

O tratado estabelece a imediata isenção tarifária de 92% dos produtos do Chile importados pela China. O restante será desonerado ao longo dos próximos dez anos, com exceção feita ao trigo, farinha de trigo, arroz, iodo e algumas madeiras. Inicialmente, 50% dos produtos chineses exportados para o Chile estarão isentos de tarifação. A vantagem tarifária será estendida a 71% dos produtos em cinco anos, e a 97% em dez anos. Pneus, artigos têxteis e refrigeradores foram excluídos do tratado.

O Chile já firmou tratados de livre comércio com a Coreia do Sul, Brunei, Nova Zelândia e Cingapura, e negocia outros similares com os governos do Japão e Tailândia. A China é o segundo maior parceiro comercial do Chile, atrás dos Estados Unidos. Em 2005, o comércio sino-chileno movimentou US\$ 7,2 bilhões, aumento de 32% em relação ao ano anterior.

Royalties

China triplica despesas com propriedade intelectual

Não obstante os conhecidos problemas de pirataria no país, a China pagou US\$ 4,5 bilhões em royalties por direitos de propriedade intelectual a pessoas e entidades estrangeiras em 2004, conforme relatório publicado pela Organização Mundial do Comércio (OMC). O montante é três vezes superior ao que fora pago em 2000.

No mesmo período, as despesas mundiais com direito de propriedade intelectual cresceram 11% e alcançaram US\$ 130 bilhões em 2004. Os Estados Unidos e a União Européia foram os principais destinos dos pagamentos e, em 2004, receberam US\$ 52,6 bilhões e US\$ 36 bilhões, respectivamente. As maiores despesas com propriedade intelectual também foram da UE, US\$ 52,8 bilhões, e dos Estados Unidos, US\$ 23,9 bilhões.

Lei trabalhista

Wal-Mart abre sindicatos e implanta Comitê do Partido Comunista

A rede varejista Wal-Mart seguiu a diretriz emitida pelo Conselho de Estado chinês e permitiu que seus empregados formassem sindicatos em suas lojas na China. O Wal-Mart, que historicamente proíbe seus empregados a aderir a esse tipo de organização, montou o primeiro sindicato de seus funcionários no final de julho, em Jinjiang, na província de Fujian. A associação de trabalhadores é prática obrigatória na China para empresas com mais de 25 funcionários. As companhias estrangeiras, inclusive aquelas que não têm sindicatos em suas outras filiais, devem juntar-se à Federação de Sindicatos da China (All China Federation of Trade Unions, ou ACFTU).

O Wal-Mart, além de ter aberto 19 sindicatos em 60 de suas filiais, implantou comitês do Partido Comunista e da Liga da Juventude Comunista em uma ponta de estoque na cidade industrial de Shenyang. O comitê do Partido é simbólico e cada vez mais perde seu papel, que já chegou a ter certo controle sobre os funcionários. Hoje, serve para promover a comunicação entre empresas e dirigentes do Partido Comunista Chinês.

Automóveis I

Indústria automobilística chinesa disputa terceiro lugar na produção mundial

A China caminha a passos largos no processo de consolidação de sua indústria automotiva. O país acaba de definir oito cidades como zonas estratégicas para instalação de empresas automobilísticas com produção voltada ao mercado exterior. São elas: Xangai, Tianjin, Chongqing, Xiamen, Wuhan, Changchun, Taizhou e Wuhu. Em todas as cidades, serão concedidas linhas de empréstimos e tributação especiais.

O país disputa atualmente com a Alemanha a terceira posição no ranking dos maiores produtores globais de automóveis, atrás de Estados Unidos e Japão. Em 2005, foram 5,7 milhões de unidades produzidas e, para esse ano, são estimadas 7 milhões. A previsão é que, em 2010, a China comercialize 12 milhões de unidades.

Os automóveis chineses participarão pela primeira vez do Salão Internacional do Automóvel em São Paulo. Recentemente, veículos chineses estiveram expostos na Venezuela, onde analistas do setor comentavam a defasagem de qualidade do produto e, ao mesmo tempo, a expectativa de que essa diferença seja superada em um curto espaço de tempo.

Executivos de montadoras no Brasil mostram-se preocupados com o desempenho chinês no setor e ressaltam que será difícil competir com os custos de manufatura de uma fábrica na China (montagem, mão-de-obra e infra-estrutura), que está em torno de US\$ 140 por carro. Nas fábricas mais eficientes do Brasil, esse custo é de US\$ 600.

Automóveis II

BMW aprova a venda da marca Rover a chineses

A fabricante alemã BMW concordou com a proposta da Shanghai Automotive Industry Corporation (SAIC) para a compra da marca britânica de automóveis Rover. A empresa chinesa, que pagara US\$ 127 milhões pelos direitos de uso do design dos modelos Rover, agora oferece US\$ 21 milhões pela tradicional marca inglesa. O negócio, mais uma evidência das pretensões chinesas de ganhar competitividade internacional nesse setor, aguarda apenas o aval da norte-americana Ford, detentora do direito de prioridade sobre a venda da marca.

Energia I

China e Índia firmam parceria na Colômbia

A petrolífera estatal chinesa Sinopec e a indiana Oil and Natural Gas Corporation (ONGC) comprarão 50% das ações da colombiana Omimex, subsidiária da empresa norte-americana Omimex Resources. O investimento, de US\$ 800 milhões, marca mais uma parceria da China com a Índia na busca por fontes energéticas. Em fevereiro de 2006, ONGC e China National Petroleum Corporation uniram-se para comprar US\$ 580 milhões em ativos da Petro-Canadá na Síria.

Energia II

China e Kuwait formam parceria no setor energético

O governo chinês autorizou a formação de *joint-venture* entre a Sinopec e a Kuwait Petroleum Corp. para a construção de refinaria de petróleo e planta de produção de etileno nas proximidades de Nansha, província de Guangdong. O projeto prevê investimento de US\$ 5 bilhões e deverá ficar pronto em 2010. Estima-se que a produção anual de etileno será de 1 milhão de toneladas e a nova refinaria terá capacidade de produzir anualmente 15 milhões de toneladas de petróleo.

Energia III

Inaugurada bolsa de derivados de petróleo

Foi inaugurada em Xangai a primeira bolsa chinesa exclusiva para negociação de derivados de petróleo. Com capital de US\$ 13 milhões, 65 negociadores autorizados, dez armazéns e dois bancos, a iniciativa é fruto de *joint-venture* entre a estatal Shanghai Jiulian Group e quatro petrolíferas chinesas, entre as quais PetroChina e Sinopec. De início, a bolsa negociará apenas gasolina para, então, admitir metanol, betume e glicol. Espera-se, no futuro, a inclusão de outros produtos, como petróleo cru e refinado.

Energia IV

China produzirá combustível líquido a partir de carvão

A maior planta mundial de produção de combustível líquido a partir de carvão será construída na China com recursos financiados pelo International Finance Corporation (IFC), órgão do Banco Mundial. O combustível produzido, que substituirá o diesel no transporte e no uso doméstico, é considerado menos poluente do que a queima direta do carvão ou o uso do petróleo.

O grupo chinês Xinao construirá a planta de produção de éter dimetil em Erdos, na Mongólia Interior, que custará US\$ 305 milhões, dos quais US\$ 178 milhões serão financiados pelo IFC. Com a finalização do projeto em 2008, serão produzidas 400 mil toneladas de éter dimetil por ano a partir de carvão local. O IFC calcula que essa instalação reduzirá em 40% a emissão local de dióxido de carbono.

América Latina

China e Venezuela intensificam cooperação energética

A visita do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, a Pequim, em agosto, terminou com a assinatura de oito acordos de cooperação econômica, sendo dois na área energética. A China promete investir cerca de US\$ 5 bilhões nos próximos seis anos em projetos energéticos no país sul-americano. A Venezuela almeja produzir 5,8 milhões de barris de petróleo por dia em 2012, contra os 3,3 milhões atuais. Outro acordo estabelece cooperação para a construção de uma frota de petroleiros que possa transportar o combustível até os portos chineses. Estima-se que, nos próximos anos, a China será o destino de 20% das exportações venezuelanas de petróleo.

Os acordos atendem tanto aos interesses imediatos dos chineses, que procuram diversificar suas fontes energéticas, quanto da Venezuela, que busca mercados alternativos nos Estados Unidos para seu petróleo. Em contrapartida ao estreitamento dos laços na área energética, Chávez conseguiu garantias de que a China apoiará a candidatura da Venezuela a uma das cadeiras de membro não-permanente no Conselho de Segurança da ONU. Com o apoio dos Estados Unidos, a Guatemala disputa com a Venezuela a vaga que pertencia à Argentina.

Sistema tributário

Governo chinês assina acordo de bi-tributação com Hong Kong

O governo de Pequim e a região administrativa especial de Hong Kong assinaram acordo de bi-tributação que evitará que um mesmo rendimento, como lucros operacionais ou dividendos, seja tributado duas vezes, em Hong Kong e na China continental. Trata-se da extensão do acordo firmado em 1998, que já impedia a bi-tributação sobre lucro e renda originados de serviços pessoais. O novo acordo expande o benefício para outros rendimentos, abrangendo impostos diretos e indiretos.

O fim da bi-tributação, que ainda precisa ser ratificado por ambas as partes, deve estimular não somente financiamentos a empreendimentos no continente, como também a transferência de *know-how* e de direitos de patente entre os dois lados.

Revisão do PIB chinês de 2005 destaca indústria e serviços

O Escritório Nacional de Estatísticas da China revisou para cima a taxa de crescimento do PIB do país em 2005, de 9,9% anteriormente divulgados para 10,2%. O número reflete a expansão mais intensa da indústria e do setor de serviços do que projetado anteriormente. As 500 maiores empresas chinesas responderam por 77,8% do PIB, com geração de US\$ 1,8 trilhão em receitas. A empresa de petróleo Sinopec, cuja receita operacional foi de US\$ 102,9 bilhões, encabeça a lista.

Siderurgia

Fusão da Jinan Iron e Laiwu Steel Group cria segunda maior siderúrgica chinesa

A Jinan Iron e o Laiwu Steel Group, duas das maiores siderúrgicas chinesas, pretendem se fundir e formar a segunda maior empresa do setor na China, atrás da Baosteel. A fusão, que aguarda aprovação de órgão competente do governo e tem conclusão prevista para o fim do ano, resultará na sexta maior produtora mundial de aço. Em 2005, a produção conjunta das duas empresas chegou a 20,7 milhões de toneladas de aço.

Indústria química

Bayer abre fábrica nova em Xangai

A alemã Bayer inaugurou na China seu maior empreendimento fora da Alemanha. Instalada no parque de indústria química de Xangai, a nova fábrica da Bayer MaterialScience, divisão de materiais do grupo, receberá investimentos de US\$ 1,8 bilhão até 2009 e produzirá policarbono, poliuretano e materiais de revestimento.

As vendas do grupo Bayer na China totalizaram US\$ 1,57 bilhão em 2005. A Bayer MaterialScience almeja alcançar no país receita de US\$ 1,25 bilhão em 2006. Com a expansão das indústrias de construção e manufaturas em geral, a China é considerada mercado fundamental para a empresa.

OIT

Empregos e renda não acompanham crescimento econômico asiático

Apesar do crescimento econômico substancial nos últimos anos, relatório recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que não houve transformações profundas em distribuição de renda, índice de desemprego e condições de trabalho na China, Mongólia, Coreia do Sul, Coreia do Norte e Taiwan.

Dados da OIT demonstram que, entre 2000 e 2004, o PIB chinês cresceu 59% e a produtividade do país avançou 40%. No entanto, no mesmo período, os postos de trabalho avançaram apenas 5%. A publicação afirma que, não obstante, a China foi um dos países que mais colaborou para a redução do número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza no continente asiático, isto é, com renda diária inferior a US\$ 1.

Carta da China

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Renato Amorim

Rodrigo Tavares Maciel

Isabela Nogueira

Estagiários: Bruno Amaral, Marla Naumann, Patrícia Siniscalchi e Zaira Lanna

Projeto gráfico

Casa do Cliente Comunicação 360° – www.casadocliente.com.br

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br